

Chapa branca só para alto escalão

Somente os ministros de Estado, os secretários-gerais, os presidentes das fundações e funcionários de nível hierárquico terão direito ao uso do carro oficial. Os demais servidores do Governo Federal, terão, independentemente do cargo que ocupam, de se utilizarem do automóvel particular, ou de qualquer outro veículo do seu agrado, pagando ele próprio suas despesas de transportes. Esta decisão consta do pacote econômico anunciado ontem pelo presidente José Sarney e que prevê um corte extra de despesas com custeio, no valor aproximado de Cr\$ 8 trilhões, segundo informou o ministro Dilson Funaro.

O pacote econômico abre todo um capítulo para tratar da redução e contenção de despesas da administração direta, indireta e fundações, reafirmando medidas já adotadas pelo Governo, ampliando umas e atribuindo maior destaque a outras já em execução. A exemplo do que ocorreu no capítulo que trata dos programas sociais, são poucas as novidades na área da economia de gastos, limitando-se o pacote apenas a citar decisões já tomadas pelo Governo.

Das decisões listadas no pacote econômico, além da restrição ao uso do carro oficial, destacam-se a proibição do ingresso de pessoal nos órgãos da adminis-

tração federal direta e autarquias, até 30 de junho de 1986, atingindo também esta medida às empresas estatais e fundações; proibição da construção, aquisição ou locação de imóveis residenciais, fora do Distrito Federal; redução real de 20 por cento das despesas relativas a serviços de terceiros para a administração direta, estatais e fundações; limitação da prestação de serviço extraordinário (horas extras) no serviço público federal; criação do Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos (CIRP), para elaborar política de pessoal para o setor público; e a instituição de auditoria operacional de empresas estatais do setor produtivo.